



## **Episódio 1** *Gênero e Liberdade Acadêmica*

### **Vozes das Américas pela Liberdade Acadêmica**

#### **Episódio 1 - Gênero e Liberdade Acadêmica**

##### **Resumo**

O episódio inaugural de Vozes das Américas pela Liberdade Acadêmica, o podcast da CLAA, posiciona esse direito como condição indispensável para a democracia e os direitos humanos, destacando que seu exercício é profundamente marcado por desigualdades estruturais de **gênero e raça**. Por meio de uma abordagem interseccional, fica evidente que a produção, a circulação e a validação do conhecimento não são processos neutros, mas condicionados por relações de poder que limitam quem pode pesquisar, ensinar e participar plenamente da vida acadêmica.

Na conversa com especialistas e acadêmicas da região, destaca-se que a violência de gênero, o racismo, o negacionismo científico e as restrições institucionais afetam diretamente a liberdade acadêmica, tanto no nível individual quanto coletivo. Essas dinâmicas não apenas expulsam ou silenciam vozes, mas também empobrecem o conhecimento disponível, reproduzindo preconceitos históricos que excluem mulheres, pessoas afrodescendentes e outros grupos historicamente marginalizados.

O episódio faz um apelo para transformar as estruturas acadêmicas e as políticas públicas, promovendo justiça epistêmica, pluralidade de saberes e condições reais para o pleno exercício da liberdade acadêmica. Reafirma-se a necessidade de fortalecer redes, dar visibilidade às resistências e garantir que todas as vozes possam produzir conhecimento sem medo, como base para construir sociedades mais justas e igualitárias nas Américas.

##### **Convidadas:**

##### **Seção Levantar vozes: entrevista aprofundada**

**Patsilí Toledo Vásquez**, doutora em direito público com formação especializada em direitos humanos das mulheres.

Aborda os seguintes temas:

- **Violência de gênero e liberdade acadêmica.**
- **Negacionismo de gênero.**
- **Negacionismo nas ciências sociais.**
- **Vieses e desagregação de dados.**
- **Liberdade acadêmica sob a ótica de gênero.**
- **Questionar o prisma dos privilégios na produção de conhecimento.**
- **Recomendações para fortalecer a liberdade acadêmica.**

##### **Seção Saberes em diálogo: intercâmbio de experiências de bolsas de estudo**

**Anny Ocoró Loango**, socióloga e doutora em ciências sociais com foco na análise interseccional de gênero e raça no ensino superior latino-americano.

**Ana Lucía Ramazzini Morales**, socióloga feminista e professora pesquisadora, articula teoria feminista, crítica decolonial e análise da liberdade acadêmica na América Central.

Reflexões compartilhadas a partir das experiências das bolsistas:

- **Gênero e raça na produção de conhecimento: pluralidade epistêmica.**
- **Hierarquias epistêmicas, autoridade, poder e exclusão estrutural.**
- **Recomendações para a diversidade epistêmica e a justiça cognitiva**

## **EPISÓDIO COMPLETO**

***Camilla Croso, diretora da CLAA:***

Vozes das Américas pela Liberdade Acadêmica é um podcast da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas.

Um espaço que reúne ativistas e pesquisadoras e pesquisadores de toda a região para refletir sobre os desafios, tensões e avanços na defesa da liberdade acadêmica e da autonomia universitária.

A partir de diferentes perspectivas e experiências, buscamos fortalecer o diálogo continental e promover a circulação de conhecimentos que contribuam para proteger e fazer avançar esse direito humano fundamental.

Em cada episódio, exploramos temas como democracia, gênero e raça, desigualdades estruturais, justiça epistêmica e negacionismo científico, bem como outros múltiplos desafios que hoje afetam esse direito em nossas sociedades, analisando suas relações com a liberdade acadêmica.

Porque quando o conhecimento pode circular livremente, com rigor científico e em diálogo com os direitos humanos, criam-se as condições para que a democracia e a justiça possam se fortalecer e florescer.

Sou Camilla Croso, diretora da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, e estou aqui para conduzir este espaço.

A liberdade acadêmica é uma condição fundamental para a democracia. É o direito de pensar sem medo, de investigar com rigor científico, de ensinar e aprender com liberdade e de compartilhar conhecimento para compreender e transformar nossas sociedades. No entanto, nas Américas, ainda enfrentamos enormes desafios para garantir a plena realização desse direito.

Neste episódio inaugural, propomos refletir sobre a liberdade acadêmica a partir de uma abordagem interseccional, incorporando as dimensões de gênero e raça. Longe de ser um princípio abstrato ou neutro, a possibilidade de pesquisar, ensinar e produzir

conhecimento é atravessada por desigualdades estruturais que condicionam quem pode exercer plenamente esse direito.

Damos as boas-vindas à nossa seção “Alzar Voces” do nosso podcast da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, que apresenta uma entrevista aprofundada para abordar a liberdade acadêmica.

Temos o imenso prazer de ter conosco Patsili Toledo Vázquez.

Obrigada, Patsili, por estar aqui conosco nesta sessão inaugural do podcast da CLAA.

### **Seção Alzar Voces**

***Patsili Toledo Vázquez, doutora em Direito Público, convidada:***

Muito obrigada pelo convite

***Camilla Croso:***

Apresento-a antes de iniciarmos nossa conversa.

Patsili Toledo Vázquez é doutora em Direito Público pela Universidade Autônoma de Barcelona e advogada pela Universidade do Chile, com formação especializada em direitos humanos das mulheres. Acadêmica, pesquisadora e consultora internacional, ela conta com mais de 25 anos de trajetória trabalhando com temas de violência de gênero, sistemas de justiça penal e feminicídio. Atualmente, integra o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, o Comitê CEDAW das Nações Unidas, órgão encarregado de monitorar a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Patsili atuou como consultora para diversas agências do sistema das Nações Unidas, entre elas o UNODC, a ONU Mulheres e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Foi redatora da recomendação número 35 do Comitê CEDAW de 2017, que atualiza os padrões internacionais sobre a violência de gênero contra as mulheres.

Então, Patsili, muito obrigada por estar aqui. Você é uma referência fundamental para nossa luta contra a violência de gênero, pela igualdade de gênero de forma mais ampla, por sistemas que realmente superem o patriarcado. E, neste momento, poder conversar com você, com toda a sua experiência, nos ajudando a refletir um pouco mais sobre a conexão de toda a sua trajetória, pensando na perspectiva de promover o direito humano fundamental à liberdade acadêmica, que cada vez mais... Patsili, temos a alegria de dizer que ela vem sendo reconhecida como um direito humano fundamental relacionado ao direito à educação, mas um direito em si mesmo.

Nossa primeira pergunta para você: convidamos você a refletir sobre a relação entre gênero e liberdade acadêmica. O que observamos nos últimos anos é que tivemos alguns avanços no reconhecimento da violência de gênero dentro das universidades como uma questão central, mas ela ainda é um problema pouco visível. Tivemos

avanços, mas ainda estamos longe de algo satisfatório. É ainda uma questão invisibilizada e, portanto, pouco enfrentada.

*Na sua perspectiva, de que maneira a violência de gênero nos sistemas educacionais e nos espaços educacionais afeta o exercício da liberdade acadêmica das mulheres e que medidas poderiam ser tomadas para enfrentar essa realidade.*

## **Violência de gênero e liberdade acadêmica**

### ***Patsili Toledo Vázquez:***

Gostaria de reiterar meu agradecimento por estar conversando com você, Camilla, o que, além disso, é tão pertinente neste momento.

A pergunta é muito sugestiva porque acredito que nos parece insuficiente apenas tornar um problema visível. A visibilidade é apenas o primeiro passo: reconhecer e nomear que um problema existe; depois, faltam-nos muitos outros para poder enfrentá-lo e responder adequadamente.

Também é importante reconhecer que, assim como aconteceu com a violência contra as mulheres em outros âmbitos, passou muito tempo desde que começamos, por exemplo, a nomear a violência doméstica e, ainda hoje, as respostas que temos talvez não nos satisfaçam. É bom que elas não nos satisfaçam e que estejamos sempre buscando como as respostas podem ser melhoradas.

De maneira semelhante, no âmbito universitário, é verdade que um grande passo é, pelo menos, torná-lo visível, e acredito que, sem dúvida, continuaremos por muitos anos mais a torná-lo visível. Houve muita resistência a essa visibilidade, às denúncias públicas, e está sendo difícil em muitos países implementar protocolos, por exemplo, para responder adequadamente às denúncias. Enfrentamos os marcos administrativos, desde a proteção até o emprego de profissionais da academia, e as dinâmicas de poder que são tão inerentes a instituições profundamente hierárquicas como as instituições acadêmicas.

Ainda temos um longo caminho pela frente; as vozes continuam sendo extremamente importantes, e acredito que, provavelmente, os avanços aqui mesmo em Barcelona (Espanha), onde moro, só estamos vendo, às vezes, décadas depois das primeiras denúncias.

Há casos que, recentemente, estão finalmente obtendo respostas institucionais firmes, mas provavelmente isso ocorre quase 20 anos após as primeiras denúncias. Isso mostra que ainda temos um longo caminho a percorrer para avançar, e que as vozes de denúncia são fundamentais, porque grande parte do que ocorre nas universidades não se trata de casos isolados.

Não são casos individuais, e isso requer tempo; requer tempo para que as vozes se unam e, juntas, formem um coro, uma realidade coletiva que também se torna pública. Acredito que estamos no caminho certo.

**Camilla Croso:**

Obrigada também por destacar esse aspecto de que não se trata de casos isolados. De fato, conversamos com muitas mulheres que se sentem muito sozinhas; a questão da solidão e de serem tratadas como casos isolados tem sido um problema gigantesco, e elas conseguiram algum apoio ao torná-lo visivelmente coletivo e nomeá-lo dessa forma.

Em diferentes países, estamos vendo o crescimento de discursos negacionistas que questionam ou buscam deslegitimar categorias como gênero dentro do conhecimento científico.

*Você apontou que o negacionismo de gênero busca punir as políticas feministas. Como esse tipo de negacionismo impacta a liberdade acadêmica?*

*Ou seja, na possibilidade de pesquisar, ensinar e produzir conhecimento sobre o patriarcado, sobre as desigualdades de gênero e as políticas necessárias para enfrentá-las. E, a partir da sua experiência, você observou formas concretas de censura ou limitações em torno de acadêmicos ou instituições ligadas a esse fenômeno?*

**Negacionismo de gênero**

**Patsili Toledo Vázquez**

Muito obrigada por essa pergunta tão pertinente e, infelizmente, tão atual hoje em dia. Há algumas semanas, eu também estava lendo que, justamente nos Estados Unidos, há grupos de estudos de gênero ou centros de estudos de gênero que estão começando a fechar, que estão ficando sem fundos para funcionar e, infelizmente, às vezes a censura ideológica não aparece necessariamente como uma causa ideológica, mas sim como uma causa financeira. A forma como isso se manifesta é simplesmente a falta de recursos para manter esse tipo de pesquisa.

E acredito que é aí que se torna tão importante ter estratégias, que precisam ser coordenadas para se tornarem mais fortes, para apoiar a pesquisa que não se limita apenas ao âmbito universitário como um mundo isolado, mas que é internacional, que se dá por meio de redes universitárias nas quais é possível apoiar o trabalho e a pesquisa, porque sabemos que esse tipo de fenômeno ocorre, às vezes, em alguns países de forma mais grave do que em outros, dependendo de fatores políticos, incluindo, por vezes, a perseguição que afetou determinadas pessoas do meio acadêmico em alguns países.

A internacionalização é uma das ferramentas fundamentais para manter vivos os estudos de gênero e a pesquisa sobre gênero; eu leciono sobre gênero e justiça penal. Por exemplo, me parece muito importante que essa disciplina exista nos estudos de criminologia, nos estudos de direito também, e também é importante que todos os estudos, sejam eles de direito constitucional ou de direito do trabalho, incluam em seus currículos estudos e análises críticas a partir de uma perspectiva de gênero.

É importante termos nossos centros de estudos especializados, mas nosso objetivo maior — e quando falo de “nosso”, penso a partir dos estudos feministas — é que todos os estudos tenham uma perspectiva de gênero e que, no direito civil, não tenhamos que recorrer apenas aos estudos especializados, como disciplinas opcionais, para aprofundar esses temas, mas sim garantir que todo o restante da pesquisa sempre incorpore essa perspectiva.

**Camilla Croso:**

*Quão importante é que os estudos de gênero sejam entendidos como parte das ciências sociais? Eles fazem parte das ciências?*

*Quando falamos de negacionismo científico, esses ataques aos estudos de gênero fazem parte desse negacionismo; que, em geral, quando falamos de negacionismo, tendemos a pensar mais em outras ciências, ciências exatas, ou climáticas, ou da medicina, da saúde, e também é um negacionismo quando se questiona...*

### **Negacionismo nas ciências sociais**

**Patsili Toledo Vázquez:**

Absolutamente. De certa forma, a invisibilização das diferenças historicamente tem sido parte do negacionismo histórico; é ocultar. Quantas pesquisas foram feitas sem levar em conta as mulheres nas amostras ou sem informar sobre o gênero das pessoas que participam de determinados estudos.

Precisamos continuar dizendo que, na verdade, a pesquisa tem sido tendenciosa. A pesquisa que não considerou e ignorou os fatores de gênero que impactam as realidades, a medicina e os estudos das chamadas ciências mais exatas, quando não levam em conta o que está acontecendo, como os medicamentos e tratamentos afetam especificamente homens e mulheres de maneiras diferentes.

**Camilla Croso:**

Pensando mais sobre essa questão de como as pesquisas são feitas, gostaríamos de perguntar o seguinte: a discriminação e os vieses muitas vezes se sustentam nas informações disponíveis, o que impede outras convergências investigativas que denotam preconceitos ou desconhecimento estrutural. Por isso, menciona-se a importância de dados desagregados que incluam categorias como raça, etnia, orientação sexual e deficiência nas análises de feminicídio e discriminação estrutural, a partir dessa perspectiva interseccional.

*Que desafios e resistências você detectou na incorporação de análises desagregadas nas instituições de justiça penal? E qual seria um caminho para que os sistemas educacionais e de pesquisa enfrentem esses desafios?*

### **Preconceitos e desagregação de dados**

**Patsili Toledo Vázquez:**

Dito de forma simples, é o desafio da complexidade. E não quero dizer que o desafio da complexidade e do pensamento complexo seja exclusivo do âmbito do direito ou exclusivo do âmbito da justiça penal; acredito que, em muitos âmbitos, percebemos que estamos incluindo variáveis demais na análise, e parece que já não é possível sustentá-la.

Por outro lado, também pode haver uma espécie de percepção de que essas variáveis competem entre si. Esse é o desafio; acredito que não há como incorporar uma abordagem de gênero realmente fundamentada nos direitos humanos se ela não for interseccional, e que não podemos isolar. A única maneira de entender o gênero é de forma interseccional, considerando que a discriminação racial, a discriminação por capacitismo, a discriminação por condição de saúde, o status migratório etc. fazem parte das discussões e reflexões.

O que acontece? Que a análise é mais complexa. Sim. Mas não podemos trocar uma mensagem ou uma análise simplificada e parcial por uma análise complexa que realmente reflita a realidade e possa permitir, efetivamente, no caso dos estudos sociais, elaborar, por exemplo, políticas públicas que sejam mais adequadas e respondam a uma realidade que não é simplesmente binária no que diz respeito ao que acontece com homens ou mulheres, ou em que todas as mulheres são iguais.

O caso da violência é um dos exemplos mais claros, dos feminicídios, por exemplo, com as mulheres afrodescendentes e como elas estão super-representadas entre as vítimas, as mulheres indígenas em muitos de nossos países na América Latina. Elas requerem e exigem análises específicas, não podemos usar o mesmo parâmetro. A mesma lógica se aplica quando falamos do ser humano ou do homem como esse ser único e total, quando sabemos e reconhecemos que as situações não são as mesmas.

### ***Camilla Croso:***

Gostaria de dar um novo rumo à nossa conversa, levando-nos a pensar em reconhecer a liberdade acadêmica não apenas como um direito individual, mas como um direito coletivo; é assim que a entendemos na CLAA.

O direito à liberdade acadêmica não pertence apenas a docentes, a pesquisadoras e pesquisadores, como parece ser o entendimento geral de muitas pessoas, mas é um direito coletivo que pertence também aos estudantes, à comunidade educacional como um todo, e ainda mais além. É um direito coletivo porque também pertence à sociedade. No sentido de que condiciona a produção de conhecimento, e esse conhecimento é um bem público. *Pensando sob a ótica de gênero, como a violência de gênero nos espaços educacionais e a censura de que falávamos em relação aos estudos de gênero impactam essa dimensão coletiva da liberdade acadêmica?*

### **Liberdade acadêmica sob a lente de gênero**

#### ***Patsili Toledo Vázquez:***

O impacto é enorme. Não penso apenas na violência, mas em múltiplas formas de discriminação por gênero no âmbito acadêmico que levam, por exemplo, a que

pesquisadoras ou professoras abandonem a vida acadêmica ou sejam indiretamente expulsas dela devido à precariedade, a condições de trabalho que não reconhecem, por exemplo, os impactos do trabalho de cuidados nas mulheres ou os impactos da maternidade, e que precisam entrar no mercado de trabalho para competir, entre outras, com outros profissionais em condições aparentemente iguais, quando, na verdade, as condições de partida não o são.

No âmbito acadêmico, tende-se a ser muito mais competitivo, seguindo uma lógica de “publish or perish”, de produzir conhecimento acadêmico, como publicações acadêmicas, a uma determinada velocidade. Há momentos vitais em que as mulheres, por exemplo, muitas delas podem estar em uma fase reprodutiva que tem impactos em suas carreiras de maneira totalmente diferente daqueles que a reprodução tem nas carreiras dos homens.

Isso somado às dinâmicas de violência — e não se trata apenas de violência sexual, mas também de dinâmicas de *bullying* dentro das universidades.

O *bullying* institucional ou acadêmico existe e afeta aqueles que se encontram nos níveis mais precários da pesquisa, que são assistentes de pesquisa, estão fazendo doutorado ou pós-doutorado e têm sobrecargas de trabalho. Pela forma de funcionamento vertical, na qual muitas vezes se espera que as mulheres cumpram certas funções fortemente marcadas pelo gênero, é ter um papel subordinado e de auxílio à pesquisa de outros.

Há muitos fatores que influenciam, e não apenas a violência que expulsa as vítimas, como ocorre em muitos outros espaços, mas também outras dinâmicas dentro das próprias universidades.

***Camilla Croso:***

Muitas mulheres acabam não conseguindo seguir sua trajetória acadêmica. E também o conhecimento que é produzido e difundido tem menos perspectiva feminina; ou seja, o que chega ao domínio público também chega distorcido.

Como quando pensamos em toda a questão de poder ver, entre as múltiplas hierarquias que temos por aí, qual é, no fim das contas, o conhecimento que chega ao domínio público. Temos que disputá-lo para garantir que as perspectivas das mulheres estejam presentes nesse domínio público...

**Questionar o prisma de privilégios na produção de conhecimento**

***Patsili Toledo Vázquez:***

Absolutamente. Sim, ou seja, até que ponto grande parte do conhecimento acadêmico na história da humanidade, na verdade, é conhecimento acadêmico a partir das perspectivas principalmente de homens, principalmente de contextos abastados. Esse é o prisma com o qual recebemos a informação científica aparentemente objetiva. Então, claro, há muito trabalho a ser feito.

**Camilla Croso:**

Temos uma última pergunta a fazer a você, com base na sua experiência de trabalho com padrões internacionais: *qual é a responsabilidade das universidades e dos Estados na prevenção da violência de gênero no âmbito acadêmico e na garantia de que as universidades sejam espaços seguros onde a liberdade acadêmica possa ser plenamente exercida? E quais recomendações você faria para promover mudanças culturais e estruturais para enfrentar o patriarcado nos sistemas educacionais?*

### **Recomendações para fortalecer a liberdade acadêmica**

**Patsili Toledo Vázquez:**

É uma pergunta muito ambiciosa. Os Estados têm toda a responsabilidade de garantir os direitos humanos, e esses direitos também se aplicam dentro das universidades; as universidades não são espaços fora do Estado e, portanto, a obrigação de garantir os direitos humanos também se estende às salas de aula universitárias.

O primeiro passo é reconhecer a situação; grande parte de nossas universidades deveria implementar regularmente, no mínimo, pesquisas para identificar as situações além das denúncias. Pois os poucos casos de violência ou abuso de poder que chegam a ser denunciados são, normalmente, casos muito extremos, nos quais, além disso, as pessoas que denunciam estão arriscando, desde o início, a continuidade de sua vida acadêmica.

Pretender aumentar o número de denúncias pode ser uma meta, mas temos que assumir que a realidade é muito mais complexa; assim como em outros espaços onde existem relações de poder profundas, como, por exemplo, nas famílias, pensar que a denúncia é a solução, a única solução ou o único caminho para fazer mudanças é insuficiente. As mudanças devem ser implementadas levando em conta as pesquisas, a partir das quais se percebe a realidade que não está sendo denunciada e quais medidas são adotadas.

O reconhecimento do problema será a porta de entrada para que muito mais pessoas possam identificar todos os problemas. Então, sim, estabelecer diálogos e conversas nas universidades, discussões sobre o que estão vivendo estudantes, pesquisadores e também profissionais em todas as áreas, não apenas nas ciências sociais, mas também em outras áreas.

Não apenas quais medidas punitivas vamos adotar nas universidades, mas também quais medidas vamos adotar nas universidades para reparar o dano causado, e é aí que temos que pensar em quais serão as respostas criativas que queremos implementar, não apenas para que as mulheres que vivem situações de violência ou discriminação persistam na carreira acadêmica, mas como vamos realmente garantir que o dano que sofreram seja reparado pela própria instituição.

**Camilla Croso:**

Patsili, muito obrigada por esta conversa conosco neste podcast da CLAA. Esperamos poder contribuir e colaborar com você em outras ocasiões e em outros contextos.

***Patsili Toledo Vázquez:***

Muito obrigada a vocês e muito obrigada por todo o trabalho que estão realizando. Foi uma honra poder participar desta conversa.

**Seção Saberes em Diálogo**

***Camilla Croso, diretora da CLAA:***

Vamos para nossa seção Saberes em Diálogo do nosso podcast da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, que compartilha reflexões a partir da experiência das Bolsas de Estudo, uma iniciativa compartilhada com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para fortalecer a pesquisa comparativa e o pensamento crítico no âmbito da liberdade acadêmica nas Américas.

Nesta seção, conversaremos com duas pesquisadoras latino-americanas cujas trajetórias convergem em torno de um eixo comum: a defesa da produção de conhecimento crítico diante das estruturas de desigualdade de gênero e raça.

Estamos na companhia de Anny Ocoró Loango, socióloga e doutora em ciências sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) Argentina, com produção acadêmica centrada na análise interseccional de gênero e raça no ensino superior latino-americano, particularmente nas trajetórias de mulheres afrodescendentes e nas políticas de ação afirmativa voltadas para a justiça educacional.

Também está conosco Ana Lucía Ramazzini Morales, socióloga feminista e professora pesquisadora vinculada à FLACSO Guatemala, cuja trajetória acadêmica articula teoria feminista, crítica colonial e análise da liberdade acadêmica na América Central.

A partir de abordagens situadas e rigorosas, ambas analisaram como as hierarquias raciais, as desigualdades de gênero e os critérios tradicionais de legitimidade científica condicionam quem pode pesquisar, quais conhecimentos são reconhecidos como válidos e sob quais condições circulam no espaço público.

Em diálogo com iniciativas impulsionadas pela CLAA, seus trabalhos nos convidam a pensar a liberdade acadêmica, não apenas como um princípio jurídico, mas como uma prática concreta que exige justiça epistêmica, pluralidade e garantias reais para quem produz conhecimento a partir de posições historicamente subalternizadas.

Pensadoras críticas e as crises da liberdade acadêmica em Chiapas e na América Central é o título da pesquisa da qual Ana Lucía Ramazzini Morales faz parte. A partir de uma perspectiva feminista, colonial e interseccional, a iniciativa analisa as barreiras, restrições e violências enfrentadas por pensadoras críticas, mulheres feministas e pessoas LGBTQI+ em Chiapas, México, Guatemala e El Salvador, particularmente em contextos de crise durante os séculos XX e XXI.

Por sua vez, Anny Ocoró Loango é responsável pela pesquisa “Liberdade acadêmica afrodiáspórica, associações de pesquisadores e pesquisadoras afrodescendentes e seu papel na luta contra o sexismo e o racismo no campo acadêmico”, que busca analisar o papel das associações e dos pesquisadores e pesquisadoras afrodescendentes na luta contra o sexismo, o racismo e as desigualdades de classe na academia, bem como as estratégias que desenvolveram para enfrentar o racismo epistêmico institucional e fortalecer a autonomia das pesquisadoras afrodescendentes e a defesa da liberdade acadêmica.

Juntas, suas pesquisas nos convidam a refletir sobre como as lutas pela igualdade de gênero e racial são também lutas fundamentais pela liberdade de pesquisar, ensinar e produzir conhecimento.

Então, sejam muito bem-vindas, Anny e Ana, a este nosso podcast da CLAA. É um imenso prazer tê-las aqui, é realmente uma honra. Estou muito feliz por vocês estarem estreando nosso podcast e feliz por estarmos discutindo neste primeiro podcast a problemática, a questão de gênero e raça e a ligação com a liberdade acadêmica.

Temos três perguntas para vocês. Vou começar com a primeira, queridas.

Há tensões evidentes entre os marcos institucionais de validação do conhecimento e as experiências concretas de mulheres e pessoas afrodescendentes no campo acadêmico e organizacional. Seus estudos mostram como a racialização e o gênero permeiam a produção de conhecimento, bem como os processos de reconhecimento e legitimidade.

*A partir das principais conclusões de suas pesquisas, como vocês descrevem as formas como gênero e raça incidem na produção, validação e circulação do conhecimento? E quais implicações identificam para a liberdade acadêmica, entendida não apenas como um direito formal, mas como possibilidade real de enunciar saberes situados?*

Vamos começar com Anny.

### **Gênero e raça na produção de conhecimento: pluralidade epistêmica**

***Anny Ocoró Loango, socióloga e doutora em ciências sociais, convidada:***

Bem, muito obrigada, Camilla, e é um prazer estar aqui neste podcast, compartilhá-lo com Ana Lucía. É muito gratificante que esses espaços existam, sobretudo neste momento em que a liberdade acadêmica está tão ameaçada por setores conservadores fundamentalistas que querem negar direitos e avançam contra as liberdades. Então, bem, é um enorme prazer.

Em relação à pergunta, como pesquisadora negra ou afrodescendente — há diferentes denominações —, vemos com muita preocupação o que acontece no campo acadêmico e percebemos que essa legitimidade do conhecimento não é um processo neutro. Como em nossas sociedades existem múltiplas desigualdades de gênero, raça e econômicas, elas afetam a legitimidade do conhecimento. Essas relações de poder que existem no mundo social se reproduzem no campo do conhecimento e lá vemos como

essa legitimidade e essa validade são afetadas, no caso, por exemplo, das populações afro, onde há continuamente práticas que legitimam esses povos como produtores de conhecimento, que nem mesmo reconhecem que são produtores de saberes ou de conhecimentos e, em geral, há disputas que têm a ver com esse racismo epistêmico e estrutural que existe em nossas sociedades.

Temos vindo a contestar isso por meio de diferentes práticas no caso das associações científicas e de pesquisadoras e pesquisadores afro, propondo espaços alternativos de produção e circulação de conhecimento, porque nos parece importante denunciar os preconceitos racistas e sexistas existentes. Acompanhar e articular toda essa rede de pesquisadores e pesquisadoras a partir de um apoio intelectual e político, por meio de diferentes espaços, que não apenas reúnam pesquisadores, mas produzam um conhecimento que venha a contestar e discutir essas hierarquias raciais e o sexismo que existe em nossas sociedades e que, reitero, não é alheio ao campo acadêmico.

Como você bem disse: quem pode falar? Quem tem legitimidade para falar? Como o conhecimento de nossas sociedades é validado por meio, por exemplo, desses canais habituais ou círculos de publicação que muitas vezes estão concentrados em alguns grupos?

Nós contestamos isso, a necessidade de que haja uma pluralidade epistêmica, que haja uma pluralidade de espaços que permitam que vozes que historicamente foram silenciadas possam ser ouvidas. Essas sociedades contam com contribuições importantes das culturas africanas e de seus descendentes, que precisam ser tornadas visíveis nesse campo epistêmico.

**Camilla Croso:**

Fantástico, Ana. Muito obrigada pela sua reflexão e, Ana Lucía, *como você vê isso da sua perspectiva e com base nos seus estudos? Como você encontrou essa disputa epistêmica na sua pesquisa?* Ana Lucía.

**Ana Lucía Ramazzini Morales, socióloga feminista e professora pesquisadora, convidada:**

Obrigada, Camilla. Juntei-me aos agradecimentos deste espaço; é um privilégio estar aqui e compartilhar essas reflexões com a Anny. Então, muito obrigada.

Concordo com o que a Anny e você levantam, porque na pesquisa que realizamos junto com Marisa Ruiz Trejo (UNACH, México), de Chiapas, e Tania Mata Parducci (Centro de las Artes para la Paz, Museo de la Memoria), de El Salvador, precisamente uma das premissas-chave que você menciona é que, quando falamos de conhecimento e dessa construção do conhecimento, isso não pode ser entendido como um processo neutro e muito menos universal. É uma prática situada em relações de poder patriarcais, racistas, coloniais e heteronormativas, que, nesse processo de construção, vão definindo quais são os sujeitos epistêmicos autorizados. Ou seja, quem são, quem tem a legitimidade de construir o conhecimento e, além disso, a autoridade para enunciá-lo.

Nesse sentido, a partir da pesquisa que realizamos, analisamos como essa violação da liberdade acadêmica passa pela desqualificação, sobretudo das mulheres, das pensadoras, mas também daqueles corpos que não se enquadram nesse sujeito epistêmico, ou seja, que não correspondem a corpos masculinizados, racializados, neste caso a partir da branquitude, do urbano, da classe dominante. Ou seja, como esses regimes de verdade vêm sendo construídos com tantos preconceitos que o que fazem é marginalizar a pluralidade dos saberes.

O que encontramos na pesquisa que nos permite perceber essa reprodução da violência contra a liberdade acadêmica?

Encontramos depoimentos de pensadoras críticas que têm sido perseguidas por causa de temas de pesquisa relacionados também às próprias experiências que vivem; que têm sido perseguidas por colocar em mesas acadêmicas e de discussão pesquisas relacionadas ao acompanhamento, por exemplo, de pessoas desaparecidas, com temas ligados à população LGBTQ+. Além disso, constatamos que essa perseguição à liberdade acadêmica parte de contextos muito específicos e dos territórios em que estamos.

No caso da Guatemala, em um cenário onde há uma grande criminalização pela defesa da autonomia universitária.

No caso de Chiapas, as entrevistadas nos falavam de correr esse risco diante de bloqueios e militares. As pessoas trans têm sofrido muito assédio e muitos riscos e, no caso de El Salvador, com uma limitação das garantias constitucionais que o que faz é precisamente vulnerar a liberdade acadêmica.

Portanto, constatamos que são múltiplos os atores que geram esse assédio à liberdade acadêmica, desde autoridades de instituições de ensino superior, passando por igrejas, grupos anti-direitos, militares e paramilitares. Em poucas palavras, nos deparamos com esse assédio por parte de diferentes e múltiplos atores e com diversas manifestações que violam a liberdade acadêmica.

***Camilla Croso:***

Muito interessante.

Muito obrigada, Ana Lucía, e isso me faz lembrar de um ponto fundamental que a relatora Farida Shaheed vem destacando. Ela foi autora de um relatório sobre liberdade acadêmica e o direito humano à educação de 2024, no qual ela aponta o que você diz sobre a multiplicidade de atores que atacam a liberdade acadêmica, e como o debate que você, Ana Lucía e Anny nos trazem aqui, que é fundamentalmente um debate de poder, como ele se insere nos diferentes atores de nossas sociedades e realmente nos faz pensar na necessidade de traçar estratégias muito complexas para enfrentar esse conjunto de atores.

Então, muito obrigada por lembrar disso.

***Anny Ocoró Loango:***

No que a Ana Lucía trouxe e no que você mesma dizia, creio que, das duas pesquisas, o que emerge é que a liberdade acadêmica não pode ser pensada apenas como um direito formal, porque precisa ser atravessada pelas realidades que se manifestam em nossas sociedades; ou seja, em sociedades racistas, classistas e patriarcais, isso claramente condiciona o exercício da liberdade de alguns atores. É fundamental considerar essas condicionantes e essas desigualdades; a racialização e as desigualdades de gênero são fundamentais para pensar...

### **Hierarquias epistêmicas, autoridade, poder e exclusão estrutural**

#### ***Camilla Croso:***

Com certeza. Anny

Gostaria de dedicar um minuto para celebrar como é bonito que vocês dois estejam aqui neste momento em diálogo, como bolsistas deste programa que a CLAA mantém em parceria com a CLACSO, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, que está possibilitando esse diálogo de saberes. É assim que se chama nossa seção do podcast, “Diálogo de Saberes”, e é isso que esta bolsa de estudos promove.

Então, ele realmente aproxima grupos, equipes de pesquisa de todas as Américas e nos faz pensar em conjunto, porque não apenas a ação coletiva, mas também a reflexão coletiva nos ajuda a avançar muito mais.

Continuo, então, um pouco nessa linha que já vínhamos conversando: suas pesquisas abordam, sob diferentes ângulos, *como o conhecimento é definido e legitimado dentro da academia em contextos atravessados pelas hierarquias epistêmicas de que falamos, pelas relações de poder institucional e pelas dinâmicas de exclusão que são estruturais?*

A partir de suas experiências, por um lado, analisando os mecanismos de legitimação do conhecimento no contexto de Chiapas, Guatemala e El Salvador, e, por outro, o papel das organizações afrodescendentes na produção de conhecimento e na incidência política, constrói-se hoje a autoridade epistêmica e de que maneira esses processos podem reproduzir ou desafiar hierarquias de gênero, raça e poder.

Vamos começar agora com Ana Lucía, o que você acha, Ana?

#### ***Ana Lucía Ramazzini Morales:***

Sim, claro, obrigada, Camilla.

Na verdade, algo que vou replantar e que me parece importante é o que Anny mencionou: como são campos de disputa e onde se situa o acadêmico nesses campos de disputa; além disso, como propomos na pesquisa, o acadêmico vai além do ensino superior.

Analisamos que o meio acadêmico não é o único espaço onde se constrói conhecimento e pensamento; temos o espaço artístico, o espaço literário e, por isso,

nos dedicamos na pesquisa a trabalhar precisamente com pensadoras. Não apenas acadêmicas, quebrando e desmantelando essa noção de academia.

Volto a essa questão dos campos de disputa. Quando falamos de liberdade acadêmica, a liberdade acadêmica é um campo de disputa, onde há autoridade, porque existem aqueles que a reproduzem a partir desse conhecimento hegemônico. Descobrimos em nossa pesquisa que as pensadoras críticas não são apenas vítimas da violência contra a liberdade acadêmica, mas são atoras fundamentais da resistência; ou seja, elas não recebem passivamente essa violência, mas geram uma série de práticas de resistência, de solidariedade, de construção de redes, de desafiar todo esse conhecimento hegemônico, e isso nos parece fundamental.

Outro elemento que me parece muito importante compartilhar com vocês e com quem nos ouve é como a resistência e a transgressão constantes para alcançar o exercício da liberdade acadêmica têm implicado problemas de saúde psicossocial, depressão, desânimo, a sensação de que não dá mais para aguentar, interrupções nas trajetórias, abandono de espaços artísticos, literários e acadêmicos do ensino superior, cansaço e esgotamento. Algumas delas nos diziam: “Tentei três vezes entrar no doutorado e não consegui”, porque foi muita a violência recebida ou as ameaças em relação aos temas que estou pesquisando, com o assédio e o hostilismo sofridos nesses espaços.

Parece-me importante, nessa discussão sobre como se reproduz a autoridade acadêmica, colocar essa reflexão no centro: como precisamos, nesses caminhos, de novas formas de pensar o que fazer, colocando no centro o autocuidado, o sociocuidado e a manutenção dessas redes dentro desses espaços. Isso emergiu fundamentalmente em nossa pesquisa.

***Camilla Croso:***

Muito interessante, Ana Lucía.

Anny, como você vê isso?

***Anny Ocoró Loango:***

Pensamos nos canais tradicionais nos quais se constrói essa autoridade epistêmica, que tem a ver com a forma de circulação e produção do conhecimento, todas as questões de avaliação científica que muitas vezes são concebidas a partir de mecanismos muito tendenciosos, de uma perspectiva que valoriza apenas uma forma de conhecimento, como Ana vinha apontando, onde, por exemplo, os saberes dos povos indígenas ou dos povos afrodescendentes são folclorizados, considerados irrelevantes e levados em conta apenas dentro desse cânone.

É importante discutir isso: o que é fazer ciência hoje? Uma ciência a serviço de quê em nossas sociedades?, porque, de qualquer forma, quando se constrói conhecimento, não se está apenas descrevendo uma realidade, mas construindo conhecimento para contestar essas interpretações do mundo que depois se traduzem em prática na sociedade.

As associações têm discutido isso, nas mesmas entrevistas [referidas à sua pesquisa] apareciam nas mulheres, essa ideia de que falava Ana Lucía, os espaços de cuidado, os espaços seguros, como poder sentir que outros debates, outras temáticas podem circular ou ser colocados em circulação. Desconstruir a autoridade epistêmica nesses contextos ou para nós que, de alguma forma, partimos do princípio de que em nossas sociedades existem hierarquias e que é necessário desconstruí-las, lutar contra elas.

É necessário pensar outras formas de autoridade epistêmica que as comunidades, as sociedades e os movimentos construíram. Trabalha-se muito a ideia de considerar que os movimentos sociais são produtores de conhecimento, os movimentos feministas, o movimento negro; as mulheres destacavam isso nas entrevistas, de como são espaços de formação.

Fala-se muito de alfabetização racial, em que se aproxima de outras produções do mundo; isso contesta e constrói outros mecanismos de autoridade epistêmica, que legitimam essas práticas, esses sujeitos em contextos onde eles foram deslegitimados.

Também se encontra nas associações que investigamos a produção de revistas, a circulação de outras vozes, que pluralizam a ciência, que reconhecem outros atores, e as mulheres têm aí um papel central.

Abriu-se para nós uma porta muito interessante de trabalho. Já vínhamos trabalhando nessas pesquisas sobre o papel dessas associações e a Camilla nos fez uma observação muito interessante sobre dar visibilidade ao papel dessas mulheres negras que sempre estiveram lá, construindo essas associações e produzindo conhecimento.

Há toda uma linha de historiografia que precisa ser pensada, porque acredito que a possibilidade de construir uma liberdade acadêmica requer repensar, em termos históricos, as contribuições que elas fizeram, democratizar essas condições de produção de conhecimento e o que se tem dito a respeito.

***Camilla Croso:***

Fantástico. Muito interessante, Ana Lucía e Anny.

Pensar realmente em quais outros espaços coletivos — sua pesquisa, Anny, sobre as associações, nos faz refletir muito sobre pluralizar as formas como conduzimos nossas lutas epistêmicas e de legitimidade epistêmica, considerando esses outros espaços coletivos que você menciona, associações e também os movimentos. Toda a questão das línguas em que se publica, onde as publicações circulam, mostra que as ações que temos e podemos realizar são bastante plurais.

Gostaria de destacar esse tema da história porque quero deixar aqui uma reflexão que depois podemos desenvolver em outro momento: o papel da memória como algo absolutamente fundamental na luta pela liberdade acadêmica. *Que outras histórias aconteceram no passado? O que aconteceu no passado? Como vamos contar mais histórias para entender melhor, digamos, as lutas e coisas que talvez ninguém saiba que aconteceram?* Portanto, não se trata apenas de observar o presente, mas de investigar o passado.

**Anny Ocoró Loango:**

Além disso, esse passado intervém no presente, ele o condiciona, digamos assim, alimentou subjetividades que estão intervindo no presente, aparece continuamente, é fundamental; ou seja, esse passado também vem para cá, para o futuro, para dialogar com o que temos.

**Camilla Croso:**

Por isso falamos de memória e justiça...

**Anny Ocoró Loango:**

Isso me fez lembrar de Koselleck, o pesquisador alemão, que fala da contemporaneidade do contemporâneo, como aquilo que às vezes pensamos que ficou lá atrás, mas está presente...

**Ana Lucía Ramazzini Morales:**

Além disso, é romper com a configuração do tempo a partir do hegemônico. Desse passado, presente e futuro como estágios separados, algo mais em movimento, que se alimenta mutuamente. Sim, concordo plenamente.

**Anny Ocoró Loango:**

Claro, concordo que eles influenciam, influenciam o curso de ação do presente. Sim, claramente.

### **Recomendações para a diversidade epistêmica e a justiça cognitiva**

**Camilla Croso:**

Estamos chegando ao fim do nosso podcast com nossa última pergunta, que se refere ao que discutimos aqui sobre linha do tempo e continuidade, que aponta mais para o futuro e como queremos agir hoje para que amanhã tenhamos cenários mais justos.

É urgente a necessidade de transformar estruturas que reproduzem desigualdades raciais e de gênero, bem como de fortalecer condições que garantam uma liberdade acadêmica substantiva. As reflexões apontam para a urgência de políticas que reconheçam a diversidade epistêmica e promovam a justiça cognitiva.

*A partir de suas descobertas e experiências, quais recomendações prioritárias vocês formulariam ou oferecem para políticas públicas que garantam maiores níveis de inclusão formal e condições efetivas para o pleno exercício da liberdade acadêmica em contextos marcados por desigualdades de gênero e raça?*

**Ana Lucía Ramazzini Morales:**

Assim como falávamos da inter-relação do tempo, também da inter-relação das perguntas, porque fiquei pensando e vou relacionar isso com essa pergunta que você

nos faz: o processo que vivemos ao fazer essa pesquisa como pesquisadoras ressoa muito em mim. Cada vez que nos reuníamos, era um espaço onde compartilhávamos nossas próprias violações da liberdade acadêmica naqueles momentos. Ou seja, como as pesquisas sobre esses temas atravessam o corpo e a experiência que você está vivendo e como, por exemplo, fazer pesquisa em situações de maternidade — uma de nós está passando por isso —, de alguma forma, gera outros tempos, possibilidades, formas de fazê-lo. Conversávamos sobre como estávamos vivendo experiências próprias de violação da liberdade acadêmica nos espaços em que trabalhamos ou estamos, isso nos parece importante.

Agora, o que podemos fazer diante de tudo isso?

É fundamental levar em conta o que vivemos, ou seja, partir das experiências concretas. Uma política pública que incorpore essas experiências concretas, sobretudo, como nos diziam as entrevistadas, que reconheça a liberdade acadêmica como um direito e a violação desta como um problema social institucional.

Ou seja, precisamos efetivamente retomar, sobretudo os princípios três e cinco dos princípios interamericanos sobre liberdade acadêmica, ao mesmo tempo em que os relacionamos com a vivência específica de quem está nesta academia aberta ou nessa produção de conhecimento a partir de diferentes espaços e movimentos sociais.

Algo fundamental é esse reconhecimento como direito e o reconhecimento da violação como problema. Observávamos a necessidade de impulsionar outras formas de circulação, inclusive de tudo o que investigamos por meio de pedagogias feministas, críticas descoloniais e antirracistas.

É por isso que nossa proposta de circulação passa, por exemplo, de gerar uma tradução desses conhecimentos — que às vezes ficam muito abstratos e muito distantes na academia — para algo que seja mais voltado à popularização. Chegar a outros públicos, e acreditamos que fazê-lo por meio de uma maleta pedagógica pode nos ajudar a alcançar precisamente outros segmentos. Por quê? Porque precisamos trabalhar todos esses princípios de liberdade acadêmica a partir de outros espaços e, para fazê-lo a partir da política pública, precisamos traduzir tudo o que ali é proposto.

Em poucas palavras, o que quero dizer é que precisamos ir gerando diferentes formas de chegar a diferentes pessoas que possam nos ajudar a transformar os imaginários sociais em torno da violência vivida e de como a liberdade acadêmica é um direito fundamental. Isso tem que fazer parte da política pública. Ou seja, ver de que maneira articulamos política e transformação de imaginários para que ela realmente possa atender às experiências situadas onde há violência à liberdade acadêmica, neste caso, das pensadoras críticas em Chiapas, Guatemala e El Salvador. Isso foi algo que surgiu bastante nas entrevistas que fizemos e também no primeiro feedback por meio de um encontro que tivemos com as entrevistadas, e elas insistiram na necessidade de dar visibilidade a essa problemática e de abordá-la a partir do que se vive, mas fazê-lo a partir de uma circulação de conhecimentos mais adequada para chegar a outros espaços.

**Camilla Croso:**

Perfeito, fenomenal, ideias brilhantes que estão compartilhando conosco, graças à Ana Lucía.

Anny, deixo para você a palavra final sobre as recomendações.

***Anny Ocoró Loango:***

É necessário pensar em políticas que atuem sobre esses preconceitos racistas e sexistas que identificamos na produção de conhecimento. É necessário avançar nessa política; é fundamental o apoio às associações, às pesquisas realizadas por pesquisadores afro, promover a participação de mulheres afrodescendentes nas políticas de ciência e tecnologia existentes nos países, investir nisso porque, quando se olha para os números, os dados, o investimento na América Latina é muito baixo. O Brasil se destaca entre os países da região, mas ainda é muito baixo.

Precisamos de políticas que ajudem a descolonizar e a desracializar os currículos, as políticas de ciência e tecnologia, que estimulem mais o pluralismo epistêmico e que se pense em uma proposta de fortalecimento da liberdade acadêmica, das discussões que temos vindo a propor.

Penso que, nesse contexto, a liberdade acadêmica não consiste apenas em pesquisar sem censura, mas em que diferentes sujeitos e tradições de conhecimento tenham condições reais para produzir conhecimento, para que esse conhecimento circule e seja reconhecido dentro da academia. Uma política pensada com base nisso. Muito obrigada.

***Camilla Croso:***

Anny, muito obrigada.

Gostaria de destacar, antes de encerrar, apenas lembrar o que Ana Lucía mencionou sobre os princípios interamericanos de liberdade acadêmica e autonomia universitária; gostaria de ressaltá-los para os ouvintes que estão conosco hoje. Vamos deixar aqui o link para que vocês possam conhecê-los, somos a única região do mundo que possui princípios regionais ou continentais sobre o direito à liberdade acadêmica, reconhecido como direito humano. Portanto, é um instrumento que temos a nosso favor para impulsionar a luta.

Quero terminar agradecendo e parabenizando vocês sinceramente por suas brilhantes pesquisas e por toda a contribuição que essas pesquisas têm proporcionado, e obrigado por estarem aqui neste podcast inaugural da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas. Foi realmente um prazer e uma honra ter vocês conosco neste momento.

Chegamos ao final do primeiro episódio do podcast Vozes das Américas pela Liberdade Acadêmica da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, no qual refletimos buscando uma abordagem interseccional, incorporando as dimensões de gênero e raça.

Reafirmamos a liberdade acadêmica como um princípio e uma condição indispensável para a democracia, os direitos humanos e a construção de sociedades mais justas. No contexto das Américas, continuaremos a abrir diálogos críticos e plurais que tornem visíveis tanto as ameaças quanto as resistências que atravessam a produção de conhecimento.

Compartilhamos neste episódio que adotar uma abordagem interseccional de gênero e raça nos permite compreender que não há liberdade acadêmica plena sem justiça epistêmica: garanti-la implica assegurar que todas as vozes, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, possam pesquisar, ensinar e transformar o mundo sem medo.

Lembramos que este episódio conta com a parceria da Fellowship, uma iniciativa conjunta da CLAA e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), que busca fortalecer a pesquisa comparativa e o pensamento crítico no âmbito da liberdade acadêmica nas Américas.

Até uma nova oportunidade, Camilla Croso, diretora da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas (CLAA).